

A cronística da expansão e os ecos de religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas

ANA PAULA MENINO AVELAR



Universidade Aberta; CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH)
Centro de Estudos Comparatistas (CEC-FLUL); Centro de História (CH-FLUL)

<http://orcid.org/0000-0003-0482-3832>

ana.avelar@uab.pt

Resumo: Nesta reflexão analisa-se a cronística portuguesa da Expansão, impressa durante o século XVI. Visa esboçar-se o modo como então foi narrada uma religiosidade nestes discursos. Tomo alguns dos *topoi* da viagem marítima e da sua representação narrativa, tendo em atenção que este discurso historiográfico segue uma modalidade de escrita própria, a denominada por cronística da Expansão. Esta expressa a vontade de um poder político, o de Portugal, no contexto das nações europeias do século XVI, legitimando uma presença noutros espaços extra-europeus. Importa, por isso, atender aos contextos em que os sentimentos de religiosidade são expostos e o modo como tal é descrito. A importância que a rota do Cabo tem para a presença portuguesa nos espaços extra-europeus dita a particular atenção dada neste texto às narrativas que a sinalizam.

Palavras-chave: Mar, Crónicas, Expansão portuguesa, Religião, Viagens.

Expansion Chronicles and Echoes of Religiousness in Narrative Representations of Maritime Voyages

Abstract: This paper focus Portuguese expansion chronicles that were printed during the 16th century, in order to understand how a certain religiousness was then described in these discourses. We analyze some of the sea voyage *topoi* and their narrative representations in a specific writing strategy of historiographical discourse, usually known as Expansion Chronicles. These narratives express the purpose of Portuguese political power within the context of the 16th century European nations, hopefully legitimizing Portuguese presence in non-European spaces. Therefore, we ponder on the contexts in which religiousness emerges and eventually is described. The importance of the Cape Route for Portuguese presence in non-European spaces also demands a specific concern on the way those narratives depicts this space.

Keywords: Sea, Chronicles, Portuguese expansion, Religion, Voyages.

Nesta reflexão em torno da evocação discursiva de uma religiosidade no Portugal de Quinhentos tomo, como solo analítico, a cronística da expansão, escrita na primeira metade do século XVI e debruço-me sobre alguns dos *topoi* da viagem marítima e da sua representação narrativa. Não é propósito deste texto fazer um “estado de arte” em torno dos *topoi* de uma religiosidade que, na historiografia portuguesa, foram sendo analisados nos discursos que tocam, por exemplo, diferentes expedições marítimas, ou o estabelecimento de uma carreira da Índia. De igual modo, não se visa explicitar a construção de percepções sobre o conhecimento e registo da diferente fauna e flora oceânicas¹.

A minha análise radica nas narrativas sobre os percursos das viagens marítimas, insertos num discurso historiográfico específico, os quais seguem uma modalidade de escrita própria, a denominada por cronística da Expansão. Esta expressa a vontade de um poder político, o da coroa de Portugal, no contexto dos reinos das nações europeias do século XVI, legitimando uma presença noutros espaços extra-europeus². A cronística da Expansão Portuguesa, redigida na primeira metade do século XVI, centra-se sobre a Ásia, isto é, sobre o domínio português no Oriente. Refiro-me à *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, às *Décadas da Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram em terras e mares do Oriente* de João de Barros e às *Lendas da Índia* de Gaspar Correia.

Estes textos constituem-se como “arquivo de memória”, consubstanciando a História de um domínio imperial. A medida a partir da qual entendemos este conceito de império tem em atenção a definição do seu tempo e não a sua leitura através da aplicação de um padrão que seja exterior à natureza intrínseca da acção em análise³. O modelo seguido pelas crónicas da Expansão é ditado pelo espaço de permanência, inicia-se na viagem de Vasco da Gama para a Índia e prolonga-se até um presente autoral. Isto é, Fernão Lopes de Castanheda escreveria desde a primeira viagem de Vasco da Gama até o governo de D. João de Castro, matéria do seu 10.º livro, ainda que não tenham sido impressos todos os seus livros⁴. Gaspar Correia, nas suas *Lendas da Índia* percorre os diferentes governos – e vice-reinados até D. Jorge Cabral e a *Ásia... dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e*

1 Atente-se que importa continuar a coligir dados, que nos permitam percebermos como se construíram redes de conhecimento e este foi sendo transmitido através de várias modalidades de escrita.

2 Sobre a ideia de império em D. Manuel e em D. João III dever-se-á confrontar as sínteses elaboradas por João Paulo Oliveira e Costa e Ana Isabel Buescu: João Paulo Oliveira Costa – *D. Manuel I 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2007, p. 255-261; Ana Isabel Buescu – *D. João III-1502-1557*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008, p. 268-280.

3 Philip D. Curtin aborda, de um modo simples e ao mesmo tempo sincrónico, a formulação daquele que seria o padrão do império adoptado no Ocidente e o modo como este se foi transformando ao longo dos tempos. Cf. Philip D. Curtin – *The World & the West- The European Challenge and the Overseas Response in the Age of Empire*. Cambridge: University of Cambridge, 2000, p. 3-19.

4 Ana Paula Menino Avelar – *Fernão de Castanheda - O Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997, p. 107-109.

conquista dos mares e terras do Oriente de João de Barros leva o seu projecto até 1539⁵. Contudo, registe-se, que a matriz de João de Barros se ancora numa História Universal, a qual decorre da concepção cristã medieval⁶. Nesta dimensão, como assinala Ernst Breisach, assiste-se, nas histórias universais medievais, à afirmação da unidade que representa a história humana, consubstanciada no relato do Génesis, como a narrativa da história humana primitiva⁷. A sua *Ásia...* enquadra-se num projecto mais geral que toma o título do Rei e explicita-o. Assim, João de Barros destaca no título da real coroa três aspectos: o primeiro, a conquista que corresponde à milícia, o segundo a navegação, que se consubstancia na geografia e o terceiro o comércio, isto é, a mercância. Para tratar do primeiro elemento, da conquista/ milícia, o cronista toma como núcleos narrativos quatro espaços geográficos: Europa, África, Ásia e terras de Santa Cruz⁸. Todavia, deste programa de escrita só se conhece a elaborada por João de Barros relativamente à Ásia.

Mas, tome-se o percurso da viagem, neste Portugal de Quinhentos. Na Lisboa da partida e na Ribeira das Naus, onde se preparam as armadas vive-se constantemente uma intensa azáfama onde labutam calafates e outros mesteiros que reparam as embarcações e esfolam-se, cortam-se e salgam-se as peças de carne decepadas necessárias para a viagem. Lado a lado, os pescadores e as suas mulheres salgam um sem número de peixes, os tanoeiros consertam as vasilhas onde se acondicionam os vinhos, as carnes e outros mantimentos, os alfaiates costuram todo o tipo de roupas em algodão ou lã grosseiros, os carpinteiros encaixam bombardas e outra artilharia, os cordoeiros preparam a cordoalha necessária à equipagem das embarcações... Repete-se constantemente a agitação que tão vividamente descrevera Gomes Eanes de Zurara⁹, aquando da preparação da armada para a conquista de Ceuta¹⁰. Lisboa é a cidade que Damião de Góis, na sua *Urbis Olisiponis descriptio* (1ª impressão, Évora, 1554), consagraria como uma das rainhas dos mares.

5 As vicissitudes por que passaram estas diferentes narrativas, nomeadamente as questões de impressão, foram por mim amplamente demonstradas. Cf. Ana Paula Avelar – *Da Ars Historica – A cronística portuguesa da expansão no confronto com a alteridade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 54-89.

6 Para uma síntese relativamente à obra de João de Barros: Cf. António Borges Coelho – *Tudo é Mercadoria-sobre o percurso e a obra de João de Barros*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 121-148.

7 Ernst Breisach – *Historiography - Ancient, Medieval & Modern*. Chicago: The University of Chicago Press, I, 1983, p. 145.

8 João de Barros narraria no primeiro título consagrado à Europa os acontecimentos decorridos desde a conquista da Península Ibérica pelos romanos até aos sucessores de D. Afonso Henriques. De seguida, o segundo momento, intitulado “África”, iniciar-se-ia pela tomada de Ceuta e o terceiro, a Ásia, o qual trataria do descobrimento e conquista das terras e mares do Oriente e começaria no tempo do Infante D. Henrique, para o cronista, o primeiro inventor desta milícia Austal e Oriental. Já o último e quarto núcleo narrativo seria dedicado à terra de Santa Cruz.

9 Gomes Eanes de Zurara – *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 90-91.

10 Ana Paula Avelar – Ceuta como tópico narrativo no discurso historiográfico da Expansão portuguesa. In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*. Coord. de João Abel da Fonseca; José dos Santos Maia; Luís Couto Soares. Lisboa: Academia de Marinha, 2016, p. 513-519.

A saída da barra é o momento de começar a enfrentar a novidade: abandona-se o conhecido e antecipa-se o desconhecido. A cronística da expansão explana esse sentir, nomeadamente quando é descrita a primeira viagem de Vasco da Gama de que a épica camoniana é devedora. Em *Os Lusíadas* Luís de Camões poetiza as descrições que João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda elaboraram nas suas obras. Se Gaspar Correia revela o modo como se foi dando à vela, saindo do rio, tendo D. Manuel acompanhado a partida no seu batel, despedindo-se de todos, ficando sobre o remo até desaparecerem¹¹, já Fernão Lopes de Castanheda descreve as gentes de Lisboa. Na sua *História...* é a tristeza dos que choravam por verem os seus embarcar, acreditando que iriam morrer, que domina a narrativa¹². De igual modo, João de Barros refere este espaço como a praia das lágrimas para os que vão, e terra de prazer aos que vêm¹³. Em todos estes cronistas da expansão evoca-se a protecção divina, a administração dos sacramentos aos mareantes na ermida de Nossa Senhora de Belém e o facto de, após a celebração da missa, estes terem saído em procissão. Os que seguiriam na armada de Vasco da Gama levavam círios nas mãos e eram acompanhados pelos frades que rezavam e pelas gentes de Lisboa.

Através destes textos ficamos a conhecer as equipagens das armadas: os grumetes, homens de armas, bombardeiros, marinheiros, meirinhos, criados, barbeiros, calafates, contramestres, condestáveis, feitores, boticários, pilotos, e todos aqueles que iam servir no espaço oriental. Nestas narrativas não se exercita uma identificação exaustiva e constante dos que vão seguindo nas diferentes armadas, mas a notação dos mesmos vai sendo evocada, cabendo ao historiador compular todos os dados que os diferentes narradores vão disponibilizando. Durante a viagem que seguia a rota do Cabo, e que durava aproximadamente 6 meses, para além de se desempenharem as tarefas que a cada um competia, celebravam-se missas, cumpriam-se as festividades religiosas e procurava-se ocupar os escassos tempos de descanso, nomeadamente os que ocorriam quando se faziam sentir calmarias, ou arribadas e invernadas devido a ser necessário esperar a monção que permitiria o continuar da viagem. Para além da leitura e da representação de alguns autos eram frequentes os jogos, nomeadamente os de azar. A bordo travavam-se disputas, aconteciam acidentes e as doenças eram frequentes¹⁴. Muitas vezes, estas ditavam a permanência no hospital aos que chegavam ao seu porto de destino.

11 Gaspar Correia – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, p. 15.

12 Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Vol. 1. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979, p. 11.

13 João de Barros – *Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, p. 125-126.

14 Francisco Contento Domingues – *Navios e Viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna, 2008, p. 157-207.

Atente-se como, numa carta datada de Cochim a 12 de janeiro de 1522, o Bispo de Dume atribuiu a morte das equipagens ao facto de as naus portuguesas levarem poucos mantimentos. Segundo ele, tanto os marinheiros como os homens de armas trabalhavam continuamente dia e noite, tendo sido dado, até chegarem à Guiné, carne salgada, peixe e vinho. Como testemunha este clérigo, a partir daquele espaço e até terem chegado à Índia, os homens teriam jejuado, sobrevivendo devido à ração de pão e água: “(...) e se lhe desem augua seria bem, que eu vi morer muitos ao desamparo (...) muitos capitães tomam os mantimentos para si e pera os seus amigos e parentes (as tripulações vão enfraquecendo) por nam comerem senam bescouto e pouca agooa e má. Gera-se em eles enfermidade grande, que quando chegam à Índia vêm inchados e com chagas e são os hospitais cheios e morrem.”¹⁵

Em contrapartida, é ainda este mesmo bispo que assinala que a nau *burgalesa*, armada por privados, não sofreu perda de gente, pois estavam bem aprovisionados de mantimentos e água potável. Importa ter em atenção, que o próprio Gaspar Correia assinala o facto de esta nau, proveniente de Burgos, ter chegado à Índia, indo nela João de Mello Silva que serviria como capitão em Coulaão¹⁶. Mas, neste último relato, não foram referenciadas as condições de viagem, cujas notícias encontramos nas missivas enviadas para o reino. Para Gaspar Correia este não era um dos tópicos centrais das suas *Lendas* ... porém para os viajantes, nomeadamente membros dos cleros, este é um *topos* recorrente. Refiram-se só mais dois exemplos: o narrado na carta de frei Vicente de Laguna, enviada de Goa, a 25 de setembro de 1530, e a de Cochim, datada de 12 de janeiro de 1547, redigida por Francisco Marques, escrivão da mesa do cabido da Misericórdia desta cidade. Vicente Laguna aponta o facto de capitães e mestres das embarcações terem as naus carregadas de vinhos e azeites e outras mercadorias defesas, não transportando a água necessária para a viagem. Ele regista igualmente o facto de a botica não ser frequentemente usada no tratamento dos doentes. Já Francisco Marques assinala que as equipagens estão tão mal agasalhadas e alimentadas, que muitos morrem no mar ou ficam tão doentes que nunca mais saem dos hospitais¹⁷.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda, na sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, refere o facto de, apesar de na viagem do vice-rei Vasco da Gama à Índia (1524) terem adoecido muitos homens, este, ao chegar a Goa, não autorizou que os mesmos recolhessem ao hospital. Na altura, Vasco da Gama defendeu que el-rei de Portugal não tinha necessidade de ter na Índia

15 António da Silva Rego – *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente - Índia*. Vol. I. Lisboa: Agência do Ultramar, I, 1957, p. 449.

16 Gaspar Correia – *Lendas da Índia...*, Vol. II, p. 673.

17 António da Silva Rego – *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente - Índia...*, Vol. II, 193-194, Vol. III, p. 443-444.

hospitais. Segundo Fernão Lopes de Castanheda: “(...) porque avendoos se fariam os homens sempre doentes, & por esta causa morreram muitos á mingoa, & outros que não tinham que se manter pediam por amor de Deos: o que até ali não se vira na Índia, & por isso ho estranhavão todos muito.”¹⁸

Importa desde já evidenciar o facto de a evocação do socorro de Deus em momentos de aflição ser repetidamente referenciada pelos cronistas da expansão, ainda que se deva atender às suas estratégias prosódicas. Retome-se, desde já, a notação da viagem, tendo particular atenção à da rota do Cabo, analisando-se como são referenciados os casos onde se expressa um sentir religioso¹⁹. Não cabe no âmbito desta análise evidenciar como nestes discursos se noticia a acção das várias ordens religiosas, nem sequer se pretende enunciar como se referenciam os vários locais de culto, a actuação dos clérigos, ou o modo como estes participam na vida local. Assinale-se, no entanto, que seguindo as arquitecturas narrativas próprias de cada uma das obras, são nomeadas as principais acções, identificando-se os seus agentes.

Nem na *História* ... de Fernão Lopes de Castanheda, nem na *Ásia* de João de Barros, nem nas *Lendas*... de Gaspar Correia se evidenciam os “ciclos” missionários e evangelizadores que vão sendo desenvolvidos no império²⁰. Atente-se a este propósito como, já na segunda metade do século XVI, o cardeal D. Henrique solicitou a Gian Pietro Maffei, a escrita de uma História da acção missionária portuguesa, tendo este último recolhido vários testemunhos em Portugal. Aliás, é devido à acção de Maffei, que conhecemos alguns dos capítulos do desaparecido livro IX da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda²¹.

Mas regresses-se à rota do Cabo. Rapidamente após a primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499) estabeleceu-se o ciclo anual da partida das armadas de Lisboa, destinadas ao Índico, aproveitando o regime das monções, fixando-se os momentos favoráveis à navegação. Assim, a saída das embarcações da barra de Lisboa acontecia em finais do inverno, inícios da primavera, aproveitando-se o regime favorável de ventos no Atlântico. Deste modo, seria possível alcançar o Índico, tomando a monção de sudoeste, para atingir com sucesso, e sem grande dispêndio, a costa ocidental do Indostão. Já a viagem de retorno, isto é, a partida de Goa,

18 Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses...*, Vol. II, p. 266.

19 Já sobre as questões em torno da religiosidade neste século XVI publiquei na revista *Argos* um artigo, onde alguns dos exemplos são aqui retomados. Ana Paula Avelar – Das expressões da religiosidade nas viagens marítimas portuguesas da expansão (século XVI). In *ARGOS. Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*. 7 (2019) 43-48.

20 Guiseppe Marcocci sintetiza exactamente este percurso, elaborando um interessante “estado de arte” que é um excelente ponto de partida para o aprofundamento desta vertente. Cf. Guiseppe Marcocci – *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVI)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 370 e seguintes.

21 Ana Paula Menino Avelar – *Fernão de Castanheda - O Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha...*, p. 107.

ocorreria nos últimos dias de dezembro, primeiros dias de janeiro, para assim beneficiar da monção do norte e ser possível atingir o Cabo em fevereiro, aproveitando os ventos que facilitariam a travessia do Atlântico Sul, até Lisboa.

Ainda que a distância/tempo marque o quotidiano de Quinhentos, e que a viagem exponha e imponha a medida precisa, quando se analisam os relatos da viagem verifica-se que se indicam-se, para além das horas, dias, meses e anos, as festividades litúrgicas. É certo que a dimensão orgânica está presente no processo de medição, pois recorre-se às proporções humanas, para a registar, visto a extensão física continuar a ser o recurso mais prático. Recorde-se, só a título de exemplo, o uso de medidas como as braças ou os pés, ou o modo como os marinheiros calculavam as festividades litúrgicas móveis, recorrendo às junturas dos dedos. João de Lisboa expõe, no seu *Livro de Marinharia*, o processo para tais cálculos, o qual é igualmente sinalizando por André Pires, referindo este último uma mnemónica que facilitaria esse mesmo cálculo, de modo a que no mar se cumprisse o calendário litúrgico do Entrudo, da Páscoa, Ladaínhas, Ascensão, Pentecostes, Trindade, Corpus Christi²².

No momento em que se redigem e imprimem as crónicas da Expansão já tinha sido estabelecido este ciclo da viagem do Cabo, funcionando a primeira de Vasco da Gama, como a matriz de todas as viagens²³. Assim, ao longo das Histórias referem-se os factos inauditos que sucedem nos percursos das diferentes armadas e narram-se circunscritamente as novas rotas que se estabelecem a partir: da permanência nos espaços asiáticos. Atente-se de novo na viagem de 1524 de D. Vasco da Gama onde tais incisões textuais são referenciadas na narrativa, notando-se igualmente que foram, nesta mesma ocasião, encontradas mulheres que iam escondidas na armada. Mas o que se revelou incomum foi o facto de o vice-rei as ter mandado açoitar publicamente. A presença feminina vai sendo reportada, nomeadamente nas missivas que se debruçam sobre a presença portuguesa nos espaços extra-europeus. Numa das cartas sem data, mas possivelmente escrita em 1542 ou 1543 é avançado que a presença feminina nos navios era razão de naufrágios²⁴.

Perante o desconhecido e numa situação de perigo evoca-se o auxílio divino, esteja-se em presença dos achaques da doença, no calor de uma refrega ou perante ameaças desconhecidas, como as provocadas por animais ou maremotos. Atente-se como ainda em setembro de 1524 Gaspar Correia, ao referir a paragem do vice-rei D. Vasco da Gama em Dabul, quando este tomava as costas da Índia, refere que estando o vento calmo e sem terem visto a terra: “(...) no quarto d'alva tremeo o mar em tal maneira, dando nas naos tamanhas pancadas, que todos cuidarão que erão

22 Luís Albuquerque – *O livro de marinharia de André Pires*. Lisboa: Vega, 1989, p. 153 e 219.

23 Ana Paula Menino Avelar – *Da Ars Historica - A cronística portuguesa da expansão no confronto com a alteridade...*, p. 73.

24 António da Silva Rego – *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente - Índia...*, Vol. III, p. 18-23. Não cabe no âmbito deste ensaio desenvolver como a presença feminina foi reportada na cronística da expansão.

baixos, amainando as velas, e deitando os batés fora com grande alvoroço e gritas, tirando tiros; e deitando prumo com a troução nom achauão fundo, e chamauão Deos misericordia; (...) o qual tremor era rijo e hia morrendo, e tornava outra vez ‘avivar, e cada vez por espaço de um credo, que tudo durou casy huma hora, em que a agoa fazia grande escarceu pelejando uma com a outra.”²⁵ Seria exactamente um mestre de medicina, que ia a bordo, que esclarece os demais relativamente ao facto de terem sentido os efeitos de um maremoto. Duas notas ainda no que concerne a descrição deste episódio: a primeira prende-se com o facto de se ter pedido a intervenção divina, e a segunda a de se ter usado como medida temporal o “espaço de um credo”.

Já Fernão Lopes de Castanheda, ao narrar esta mesma viagem, refere que, perto da costa da Índia, na noite de 6 de setembro, ao quarto de alva, o mar tremeu “muito rijo”, e por “bom espaço”, cuidando-se que se tinha dado em alguns baixios: “(...) até que cayrão no que era.”²⁶ Nota-se o dia e a hora, servindo-se o narrador da linguagem de marinharia. O pedido de uma intervenção divina não é assinalado, e ainda que não seja explicitada a razão, isto é, que os tripulantes teriam sentido um maremoto, Castanheda refere que a razão de tão grande turbulência não é de todo desconhecida.

Em contrapartida, João de Barros descreve que numa quarta – feira, véspera de Nossa Senhora, no mês de setembro, às 8 horas da noite: “(...) saltou tamanho tremor em todalas náos, que cada hũa se ouue por perdida, parecendolhe que ella soo padecia este tremor sem entender a causa.”²⁷ Na nau viveu-se a confusão do momento, pois de imediato não se vislumbrou qualquer explicação para o fenómeno, sendo necessário minimizar os estragos. É pela voz do almirante Vasco da Gama, que Barros expõe a razão do acontecido. É Gama que declara que o mar tremeu devido ao tremor da terra. Minuciosamente se descreve a turbulência sentida na embarcação, sem que se evoque o socorro divino.

Importa igualmente ter em atenção como, perante a ameaça de uma espécie marinha incomum, os cronistas da expansão descrevem esse mesmo acontecimento. É o insólito que se descreve e não se procura aprofundar a descrição precisa da espécie, mas sim o acontecimento. Estes textos não visam primordialmente: “(...)to map new territories, present different natures, describe plants, animals, peoples and habits(...)”²⁸, eles visam os feitos, incorporam a *novidade* e esboçam novas percepções sobre o diferente, como acontece com a descrição da viagem de Rui Vaz

25 Gaspar Correia – *Lendas da Índia...*, Vol. II, p. 817.

26 Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses...*, Vol. II, p. 265.

27 João de Barros – *Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente...*, fl. 229

28 Marília dos Santos Lopes – *Writing New Worlds - The cultural Dynamics od Curiosity in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016, xxiii.

Pereira em 1520. Gaspar Correia assinala o facto de este ter sido perseguido por um peixe: “(...) negro espantoso, que nunca fôra visto outro tal, o qual correo após o galeão dous dias e noites, rodeando o galeão muytas vezes, o qual de quando em quando deitava hum resolho d’agoa mais alto que o galeão, com que todos auendo grande medo se encomendauão a Nosso Senhor que os liurasse de tal peixe (...)”²⁹. É o espanto que dita a perspectiva do narrador.

O pânico gerado é descrito através de um movimento ritmado que parece antecipar uma lógica de registo cinematográfico: “(...) todos estauão como mortos pedindo a Deos misericórdia, deitando sobre o peixe reliquias, e agoa benta que hum crelgo benzia revistido, resando muytas orações sem ousarem de o toquar, porque se o peixe se assanhasse com pouqa força reuirára o galeão.”³⁰ Desde horas de terça, e durante todo o dia e noite a criatura marinha não se mexeu e só quando o sol apareceu no dia seguinte o galeão se libertou.

Por seu turno, João de Barros efabula este episódio, escrevendo que após ter passado o cabo da Boa Esperança, a embarcação de Rui Vaz sofrera um forte embate, ficando parada. Segundo o cronista um monstro³¹ causara tal paragem, e apelando aos sentidos do leitor, João de Barros menciona o tamanho do animal: este acompanhava toda a quilha do galeão. Alguns dos marinheiros tê-lo-iam tocado, lançando-se a criatura à água como se de uma baleia se tratasse. Não se estava em presença de um ser conhecido o que leva o próprio cronista a precisar que por ser noite, uma coisa nova, nunca antes vista teria provocado espanto³².

No relato de Barros o animal não abandonava a rota da embarcação, tendo, então, sido ponderadas várias possibilidades. Contudo, depressa se afastaria a hipótese de tentar ferir tal criatura, visto o comandante recear que os movimentos provocados pelo ataque colocassem em perigo os tripulantes. Procurando a protecção divina e considerando este animal um espírito mau, o capelão exorcizou-o.

João de Barros chamou a atenção para a estranheza da espécie, não deixando de confrontar este episódio com outro acontecido no reino. Todavia, segundo os tripulantes teria sido a intervenção divina que os teria salvado. É também pela voz destes que Barros considera a hipótese de tal criatura ser um peixe sombreiro, igual ao que dera à costa em Atougua e abalroara dois barcos de pescadores, os quais não ousando pescá-lo, o teriam trazido à costa com orações e preces³³.

29 Gaspar Correia – *Lendas da Índia...*, Vol. II, p. 549.

30 Ibidem.

31 Para uma introdução sobre monstros marinhos no século XVI Cf. Cristina Brito – *New Science From Old News: Sea monsters in the early modern Portuguese production and transfer of knowledge about the natural world*. Lisboa: Escola de Mar, 2016, p. 25-26.

32 João de Barros – *Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente...*, fl 108v

33 Ibidem.

Como Jean Céard afirmou, a propósito da definição de monstro no Renascimento: “L’ordinaire cours des choses, c’est précisément cette composition de ressemblances et de différences qui tient chaque chose dans son genre tout en l’assurant dans sa singularité. Corrélativement, le monstre est l’être en qui la différence tend à l’emporter sur la ressemblance.”³⁴ No entanto, o modo como João de Barros sinaliza este acontecimento não se enquadra numa teratologia classificatória de este ser um monstro-preságio, partilhando o cronista a posição de alguns dos mareantes, mas antes de ser um monstro-maravilha, ainda que tais classificações não sejam conciliáveis: “(...) puisque le monstre-présage est, au fond, signe d’un ordre perturbé, et le monstre-merveille, au contraire, signe d’un ordre qui cherche à se parfaire.”³⁵ O olhar do cronista é um olhar reflexivo, mediatizado pelo tempo que discorre entre o acontecido e a sua narração.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda anota o mesmo acontecimento e usando a sua habitual contenção descritiva, enuncia os mesmos factos. Através de uma estrutura expositiva em tudo semelhante à de João de Barros, e recorrendo às mesmas fontes, Fernão Lopes de Castanheda não classifica este peixe de monstro, mas sim de sombreiro. É a precisão descritiva, tradutora de um testemunho de quem abraçou as lides da marinharia que predomina no seu discurso. Este cronista refere que o comprimento deste peixe acompanhava o galeão, relatando as manobras efectuadas pela embarcação para se libertar. Segundo esta *História...*, foi o desígnio divino que permitiu o afastamento de tal ameaça³⁶.

Os naufrágios são outro dos momentos em que a intervenção divina é evocada. Encontramos, a par de uma sinalização dos naufrágios, da perda de vidas e de embarcações, descrições mais ou menos extensas onde se narram tais desaires. Atente-se, por exemplo, como Gaspar Correia descreve a tormenta que, em dezembro de 1511, na viagem de Malaca para a Índia, levou Afonso de Albuquerque a cortar os mastros da sua nau, para sobreviver. Este mandaria construir uma jangada e colocaria os doentes no batel: “(...) por popa da jangada, e falou a toda a gente que ele, em ciroulas e jaqueta se havia de meter na jangada; que por tanto soubessem certo que d’outra maneira ninguém n’ella auia de entrar; pedindo a Deos misericórdia das almas, porque das vidas ninguém fizesse conta.”³⁷ Após o afundar da nau, luta-se contra os destroços durante toda a noite: “(...) as almas nas boquas pedindo mesicórda a Deos, até que amanheceo, que o vento e mar era menos.”³⁸ Em contrapartida, João Barros serve-se da narrativa deste naufrágio para referir os perigos do

34 Jean Céard – L’énigme des monstres. Aperçus sur l’histoire culturelle et scientifique de la monstruosité. In *Imaginaire & Inconscient*. Paris: Cairn, 2004, n.º 13, p. 18.

35 Ibidem.

36 Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses...*, Vol. II, 61.

37 Gaspar Correia – *Lendas da Índia...*, Vol. II, 269.

38 Ibidem.

fogo e o grande número de naus perdidas, concluindo, algo hiperbolicamente, que o “abismo do grande oceano” foi a principal sepultura dos portugueses³⁹. A providência divina é convocada por Barros no momento em que este narra o socorro ao governador, nomeadamente aquando da sua chegada a Cochim.

Um segundo e último exemplo: o do naufrágio de Martim Afonso de Melo Jusarte, o qual em 1528, na sua viagem para Sunda, e na derrota para Malaca, naufragou, ainda que se tenha conseguido salvar, recolhendo-se a um batel. Os cronistas da expansão portuguesa noticiam amplamente este acontecimento. Ao longo de algumas páginas a intervenção divina auxilia a sobrevivência destes portugueses. Gaspar Correia afirma que foi um saquinho com biscoito, que, por intervenção divina, um dos tripulantes recolheu, que lhes permitiu sobreviver, assim como pelo: “(...)grande perigo do mar os comer, porque o batel nom levava hum palmo sobre água, todos chamando a misericórdia de Deus que lhe acodisse (...)”⁴⁰. Todavia, teriam chegado a terra e sobrevivido. Também Fernão Lopes de Castanheda referencia extensamente este naufrágio. A estratégia discursiva diverge da de Gaspar Correia e, pela voz de Martim Afonso de Sousa, Castanheda expõe uma longa peroração confessional⁴¹.

Os naufrágios são um dos temas escolhidos pelos que, em Quinhentos, escrevem sobre a presença portuguesa nos espaços europeus. Assistimos à impressão de textos como o relato do naufrágio da nau S. Bento por Manuel Mesquita Perestrelo, que sai em Coimbra, em 1564, ou o poema épico de Jerónimo Corte-Real, intitulado, *Naufrágio e Lastimoso Sucesso da perdiçam da Manoel de Sousa Sepulveda...*, que sai em Lisboa, em 1594. Mas estas são outras modalidades de escrita que importa atender noutros exercícios analíticos, quando se visa analisar o mar nas que considero ser periferias de um imaginário religioso.

Estes foram breves vislumbres do modo como se registou uma ambiência religiosa numa modalidade historiográfica precisa: a da historiografia sobre o império no século XVI. Nela, o mar foi um espaço de domínio onde se plasmou a imagética de um tempo e onde ecoam sentires de uma religiosidade.

39 João de Barros – *Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente...*, Vol. II, p. 312.

40 Gaspar Correia – *Lendas da Índia...*, Vol. II, p. 269.

41 Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses...*, Vol. II, p. 499.